

Fundação Perseu Abramo 28 de outubro de 2025 N° 213

A dense collage of 30 images depicting the political journey of Luiz Inácio Lula da Silva. The images are arranged in a grid-like fashion, showing various stages of his life and career. Key moments include: his early years and imprisonment (e.g., mugshot with 'DOPS Nº 12712 80'); his rise to power and election as President (e.g., 'LULA PRESIDENTE VICE - BRIZOL', 'O BRASIL VAI MUDAR DE CARA'); his presidency (e.g., 'FOME ZERO', 'LULA VENCEU'); his international relations (e.g., meeting with Pope Francis, Donald Trump, and Vladimir Putin); and his return to politics (e.g., '20 RIO SUMMIT', 'NOVEMBER 2024'). The collage also features large crowds, political rallies, and moments of personal life. The images are in various colors and sizes, creating a rich visual narrative of Lula's life.

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores





CAPA

Lula 80 anos: o operário que virou símbolo de um país e voz do Sul Global

pág. 04

Os 80 anos de Lula em 8 atos: um breve retrato do presidente que mudou a história do país

pág. 08

Lula 80 anos: das telas aos livros, a biografia do presidente narrada no Brasil e no mundo

pág. 12

BRASIL

Em um país desigual no acesso, influenciadores pregam abandono escolar

pág. 15

Cúpula dos Povos da COP30: vozes dos movimentos sociais prontas para ecoar em Belém

pág. 18

ENTREVISTA

Felipe Freitas- “Queremos uma polícia voltada à inteligência, não ao confronto”

pág. 21

POLÍTICA

“Jamais negamos apoio ao Rio de Janeiro”, diz Lewandowski após operação mais letal da história do estado

pág. 24

“Eu votei no Bolsonaro”, afirma ex-diretor do INSS, peça-chave no roubo dos aposentados

pág. 27

Governo da Bahia lança plano para reduzir letalidade policial em 10% a cada semestre

pág. 29

Brasil defende soberania e diálogo em encontro entre Lula e Trump

pág. 30

ARTIGO

PEC 38/2025: Um ataque ao serviço público e aos direitos da população

pág. 31

CULTURA

Bruno de Sá: o soprano brasileiro que faz da arte um ato político no mundo

pág. 32

INTERNACIONAL

Irlanda escolhe a esquerda: Catherine Connolly vence com ampla frente progressista

pág. 35

Brasil consolida agenda com o Sudeste Asiático e amplia parcerias estratégicas

pág. 36



Lula recebe bolo do presidente da Indonésia, Prabowo Subianto, para comemorar antecipadamente seu aniversário de 80 anos

Lula 80 anos: o operário que virou símbolo de um país e voz do Sul Global

Aos 80 anos, Lula entra para a história como o primeiro presidente octogenário em exercício e símbolo de um Brasil que voltou a crescer e ser ouvido no mundo

“Já é meu aniversário, mas já vi que não vou ganhar presente”, brincou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao notar a ausência de pacotes sobre a mesa durante a coletiva de imprensa que encerrava a viagem oficial ao sudeste asiático.

Passava da meia-noite em Brasília — manhã na Malásia — quando o presidente atravessou o calendário e completou 80 anos de vida diante de jornalistas, falando sobre soberania, justiça climática e combate à pobreza.

“Estou completando 80 anos no melhor momento da minha vida. Eu nunca me senti tão vivo e com tanta vontade de viver”, disse, visivelmente emocionado. “Espero viver até os 120 anos. A partir de hoje, faltam só 40”, completou, arrancando risadas da imprensa.

No mesmo dia, Lula foi recebido com um jantar de gala pelo primeiro-ministro da Malásia,

Anwar Ibrahim — a primeira celebração oficial dos seus 80 anos. No salão iluminado, cercado por chefes de Estado e representantes de organismos internacionais, o brasileiro brindava não só um aniversário, mas um retorno ao centro da diplomacia mundial.

Do outro lado do planeta, em entrevista concedida no avião presidencial dos Estados Unidos, Donald Trump aproveitava para registrar publicamente: “Quero desejar feliz aniversário ao presidente. Ele é um cara vigoroso, fiquei impressionado.” Naquela mesma semana, Lula e Trump haviam se reunido em Kuala Lumpur para discutir as tarifas de 50% impostas pelos EUA às exportações brasileiras.

A diplomacia direta, de voz firme e sem intermediários, se mostrou eficaz: em menos de 24 horas, as equipes dos dois países já negociavam uma agenda de revisão. O episódio consolidava a imagem de um presidente que, celebrando os 80, segue conduzindo a política externa com energia de quem

“Estou completando 80 anos de idade no melhor momento da minha vida. Eu nunca me senti tão vivo e com tanta vontade de viver.”



Reprodução Instituto Lula

nunca deixou de lutar.

Das voltas que a vida dá inimagináveis, seria uma cena impen-sável há poucos anos: o ex-metallúrgico que enfrentou a fome, a morte de familiares, a prisão e o isolamento político agora festejava a vida como chefe de Estado num banquete asiático.

Nas redes sociais, a celebração ganhava tons de festa popular. A hashtag #LulaDay tomou conta da internet, reunindo homenagens de anônimos e personalidades, fotos de eleitores com o presidente e mensagens de gratidão vindas de várias partes do mundo.

Entre prisões e começos

Lula nasceu em 27 de outubro de 1945, em Garanhuns, agreste pernambucano. Aos sete anos, viajou de pau de arara com a mãe, dona Lindu, e os irmãos rumo a São Paulo, como tantos retirantes nordestinos que buscavam sobreviver à seca e à fome. Cresceu na periferia do ABC paulista, estudou até o primário, formou-se torneiro mecânico e ingressou na metalurgia — o caminho que o levaria à liderança sindical e, depois, à política.

Na virada dos anos 1970, durante a ditadura militar, tornou-se uma das principais vozes do novo sindicalismo, mais independente e combativo, e desafiou o regime ao organizar as greves históricas do ABC. Dali surgiria a base que fundaria o Partido dos Trabalhadores em 1980 e iniciaria um novo ciclo de mobilização popular no Brasil.

Foram três derrotas nas urnas — em 1989, 1994 e 1998 — antes da vitória consagrada em 2002. O país elegeu, pela primeira vez, um operário à Presidência da República. O dia da posse, 1º de janeiro de 2003, foi um rito coletivo: milhares de pessoas vindas de todas as regiões tomaram a Espla-

nada e mergulharam no espelho d'água do Planalto para celebrar o feito histórico.

O governo Lula inaugurou uma era de transformações sociais e econômicas. Com o Bolsa Família, a valorização do salário-mínimo, a expansão do crédito e o acesso ampliado à educação, o Brasil saiu do Mapa da Fome e viveu um ciclo de crescimento com inclusão. Em 2010, ele deixou o Planalto com 80% de aprovação e a sucessora eleita, Dilma Rousseff.

**“Pode ter
certeza que eu
estou com a
mesma energia
de quando
tinha 30 anos
de idade. E vou
disputar um
quarto mandato
no Brasil.”**

A queda e o retorno

O país que o consagrou também o viu cair. Em 2018, Lula foi condenado e preso em meio à Operação Lava Jato, num processo marcado por ilegalidades que anos depois seriam reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal. Passou 580 dias detido em Curi-

tiba, onde enfrentou o luto pelo neto e pelo irmão, sem direito a entrevistas nem visitas políticas.

“Só quem tem o direito de decretar meu fim é o povo brasileiro”, disse antes de se entregar, num discurso histórico no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Em 2019, o STF considerou inconstitucional a prisão após condenação em segunda instância, e em 2021 anulou as sentenças, reconhecendo a parcialidade do então juiz Sérgio Moro.

A volta de Lula à liberdade foi também o retorno de uma ideia — a de que o país podia novamente se reconciliar com a democracia. Em 2022, ele venceu as eleições mais polarizadas desde a redemocratização, derrotando o extremismo bolsonarista e assumindo o cargo que transformou a sua biografia em sinônimo de resistência.

Lições de um estadista

Aos 80 anos, Lula governa com a serenidade de quem sobreviveu ao tempo e aos seus algozes. Seu terceiro mandato é o da reconstrução: o país voltou a registrar superávit fiscal, o desemprego caiu para o menor patamar em quase uma década e, em 2024, o Brasil foi retirado novamente do Mapa da Fome pela ONU.

No cenário internacional, a diplomacia brasileira recuperou protagonismo. Lula conduziu negociações para ampliar o BRICS, defendeu a criação de um fundo permanente de proteção florestal e posicionou o país como mediador em temas sensíveis — da guerra na Ucrânia à crise climática.

A viagem ao leste asiático, que coincidiu com o aniversário, simbolizou essa retomada. Em cinco dias, o presidente firmou acordos em energia renovável, agricultura e semicondutores com Indonésia e Malásia, reuniu-se com líderes



de Singapura e Vietnã e representou o Brasil pela primeira vez na Cúpula da Ásia do Leste, da ASEAN.

“O que interessa numa mesa de negociação é o futuro. A gente não quer confusão, quer resultado”, disse, ao lado do chanceler Mauro Vieira. A frase sintetiza o momento: um presidente mais diplomático, mas ainda movido pela urgência de transformar o presente.

Em Kuala Lumpur, recebeu o título de Doutor Honoris Causa em Filosofia e Desenvolvimento Internacional pela Universidade Nacional da Malásia — o 41º título honorífico de sua vida. “Completar 80 anos recebendo tantas demonstrações de carinho e tantas gentis mensagens é indescritível”, escreveu nas redes.

O líder e o tempo

As homenagens atravessaram fronteiras. O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, cantou parabéns e brincou: “Lula está fazendo apenas 25 anos.” Miguel

“A gente não quer confusão, a gente quer negociação. O que interessa numa mesa é o futuro — e o futuro é o que vamos construir.”

Díaz-Canel, de Cuba, o chamou de “inspiração da Nossa América”. O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, desejou “muita saúde e longa vida ao amigo do povo”, e o presidente boliviano Luis Arce agradeceu “a sabedoria e a firmeza na luta pela justiça social”.

No Brasil, ministros e aliados celebraram a data. O vice-presidente Geraldo Alckmin publicou um vídeo com bolo e a frase: “Comemoramos hoje junto com todos os brasileiros que escolheram a democracia como forma de realizar suas esperanças.” Fernando Haddad afirmou: “O tempo só fez crescer a sua paixão pelo Brasil.” E a ministra Anielle Franco escreveu: “É uma honra caminhar junto a um líder que luta incansavelmente pelo povo brasileiro.”

A biografia de Lula já não pertence apenas ao campo político, mas ao imaginário coletivo. De Garanhuns a Kuala Lumpur, de torneiro mecânico a chefe de Estado, de prisioneiro a estadista, a trajetória resume a história recente do Brasil — com suas quedas, reconstruções e renascimentos.

E quando perguntado sobre o futuro, o aniversariante não hesitou:

“Pode ter certeza que eu estou com a mesma energia de quando tinha 30 anos”, disse. “E vou disputar um quarto mandato no Brasil.” ■



Os 80 anos de Lula em 8 atos: um breve retrato do presidente que mudou a história do país

Dos tempos de greves no ABC à liderança mundial pela democracia e inclusão, a trajetória de Lula completa 80 anos como símbolo da luta e da esperança do povo brasileiro

Henrique Nunes

Luiz Inácio Lula da Silva completa 80 anos como um dos maiores líderes populares do mundo e figura central da história contemporânea do Brasil. Da infância pobre no sertão de Pernambuco ao terceiro mandato como presidente da República, a trajetória do ex-metalúrgico simboliza a força da luta coletiva e o poder de transformação social que nasce do povo.

O impacto de Lula ultrapassa as fronteiras do país. Reconhecido internacionalmente como uma das principais vozes em defesa da

democracia e do combate à fome, o presidente brasileiro é hoje referência mundial em políticas de inclusão e justiça social. Sua vida se confunde com as grandes viradas políticas, econômicas e culturais do país — da resistência à ditadura militar às conquistas trabalhistas e à reconstrução democrática.

Aos 80 anos, Lula segue no centro do debate nacional e internacional. O que se vê em sua biografia é mais do que a história de um homem: é o retrato de um Brasil que aprendeu a sonhar e a se levantar mesmo diante das maiores adversidades. A seguir, oito atos que ajudam a compreender a trajetória do operário que se tornou símbolo de um país.

A greve que mudou tudo

O Brasil vivia sob a ditadura militar (1964–1985) e passava por uma forte crise econômica. O reajuste salarial dos trabalhadores era definido pelo governo, e os sindicatos tinham pouca autonomia. A paralisação começou em março de 1979, liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, presidido por Lula. Cerca de 170 mil operários de grandes montadoras — como Volkswagen, Ford, Mercedes-Benz e Scania — cruzaram os braços exigindo reposição das perdas salariais.

Durante a primeira assembleia no Estádio de Vila Euclides, em 13



**Lula completa
80 anos
reconhecido
como um dos
maiores líderes
populares
do mundo e
referência em
políticas sociais
e direitos
humanos**



de março de 1979, Lula discursava sobre um palanque improvisado, sem aparelhos de som. Os operários mais próximos repetiam suas frases em coro, e, sucessivamente, os demais faziam o mesmo. O gesto se tornou símbolo de uma liderança que já ecoava longe das fábricas.



O nascimento do PT

Após as greves do ABC, viria o passo seguinte na formação de Lula como líder popular: a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Fundado em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo, o partido nasceu em meio à abertura política da ditadura militar, reunindo sindicalistas, intelectuais, religiosos progressistas e movimentos sociais que sonhavam com uma nova forma de fazer política no Brasil.

As greves gerais de 1980 e 1981 consolidaram o novo sindicalis-



mo e abriram o caminho para a fundação do partido. Mais do que simples paralisações, esses movimentos expressaram o nascimento de um sindicalismo autônomo e combativo, que lutava não apenas por melhores salários, mas também por democracia e justiça social.

As Diretas Já

Durante o movimento das Diretas Já, em 1983 e 1984, Lula teve papel de destaque como uma das principais vozes do sindicalismo e da oposição ao regime militar. O país vivia o auge da mobilização popular pela volta das eleições diretas para presidente, e o líder do recém-criado PT via nas ruas o mesmo espírito de união e luta que havia nas greves do ABC. As praças tomadas por milhares de pessoas marcaram o reencontro do povo com a democracia — e Lula já era um de seus rostos mais conhecidos.

O papel na Constituição Cidadã

**Da infância
pobre em
Garanhuns
ao terceiro
mandato na
Presidência,
sua história é
marcada por
resistência,
conquistas e
reinvenção
política**

Na Assembleia Constituinte (1987–1988), Lula se destacou como uma das vozes mais firmes na defesa de uma Constituição cidadã, que garantisse direitos sociais amplos e consolidasse a democracia após duas décadas de ditadura. Ele havia chegado ao Congresso como um dos deputados mais votados do país e via na Constituição de 1988 a oportunidade de transformar em lei as lutas que havia travado nas fábricas e nas ruas.

A lição de 1989

A primeira disputa à Presidência da República, em 1989, embora tenha terminado em derrota, foi fundamental para que Lula e o PT recalculassem a rota e consolidassem uma base popular mais ampla. A derrota para Fernando Collor de Mello ensinou a Lula e ao partido o valor da estratégia e da paciência política. A experiência amadureceu o projeto que o levaria à vitória anos depois.

A vitória histórica

A eleição de 27 de outubro de 2002 marcou um momento histórico para o Brasil e para o PT, consolidando décadas de mobilização social e política. Após três tentativas anteriores, a vitória refletiu experiência acumulada, organização e uma ampla base popular. A campanha teve como pilares a redução da pobreza, o combate à desigualdade e a continuidade das conquistas democráticas.

No segundo turno, Lula transmitiu confiança e credibilidade, conciliando propostas progressistas com estabilidade econômica. Seu histórico de luta pelos trabalhadores e sua proximidade com a população foram decisivos para mobilizar eleitores em todas as regiões, garantindo uma vitória expressiva e consolidando o PT como força nacional.

A queda e o retorno

Após ser preso injustamente em abril de 2018 e ter sua candidatura barrada, Lula seguiu, mesmo do cárcere, como porta-voz da classe trabalhadora. Quando foi libertado, já não havia dúvidas de que seria ele, de novo, o nome escolhido para disputar o governo.

Durante a campanha de 2022, Lula conseguiu unificar forças políticas diversas, dialogar com amplos setores sociais e transmitir uma mensagem de democracia, inclusão e reconstrução nacional. Em 30 de outubro de 2022, foi eleito presidente pela terceira vez, consolidando seu retorno à história política brasileira. Da prisão à Presidência, Lula reafirmou sua trajetória como expressão da esperança e da persistência do povo brasileiro. ■





Lula 80 anos: das telas aos livros, a biografia do presidente narrada no Brasil e no mundo

Dos documentários internacionais às biografias publicadas no Brasil, a trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva é contada em produções que registram sua prisão, militância e ascensão à Presidência

Fernanda Otero

Aos 80 anos, completados nesta segunda-feira, 28 de outubro, o homem Luiz Inácio Lula da Silva reafirma sua condição de personagem histórico e símbolo cultural do Brasil contemporâneo e se posiciona cada vez mais como um personagem histórico da política brasileira, o presidente Lula.

De menino retirante de Garanhuns (PE) a líder sindical do ABC Paulista, e depois presidente eleito três vezes, Lula não apenas marcou a política nacional — tor-

nou-se um dos raros líderes mundiais cuja trajetória foi documentada em livros, filmes e séries que ultrapassam fronteiras.

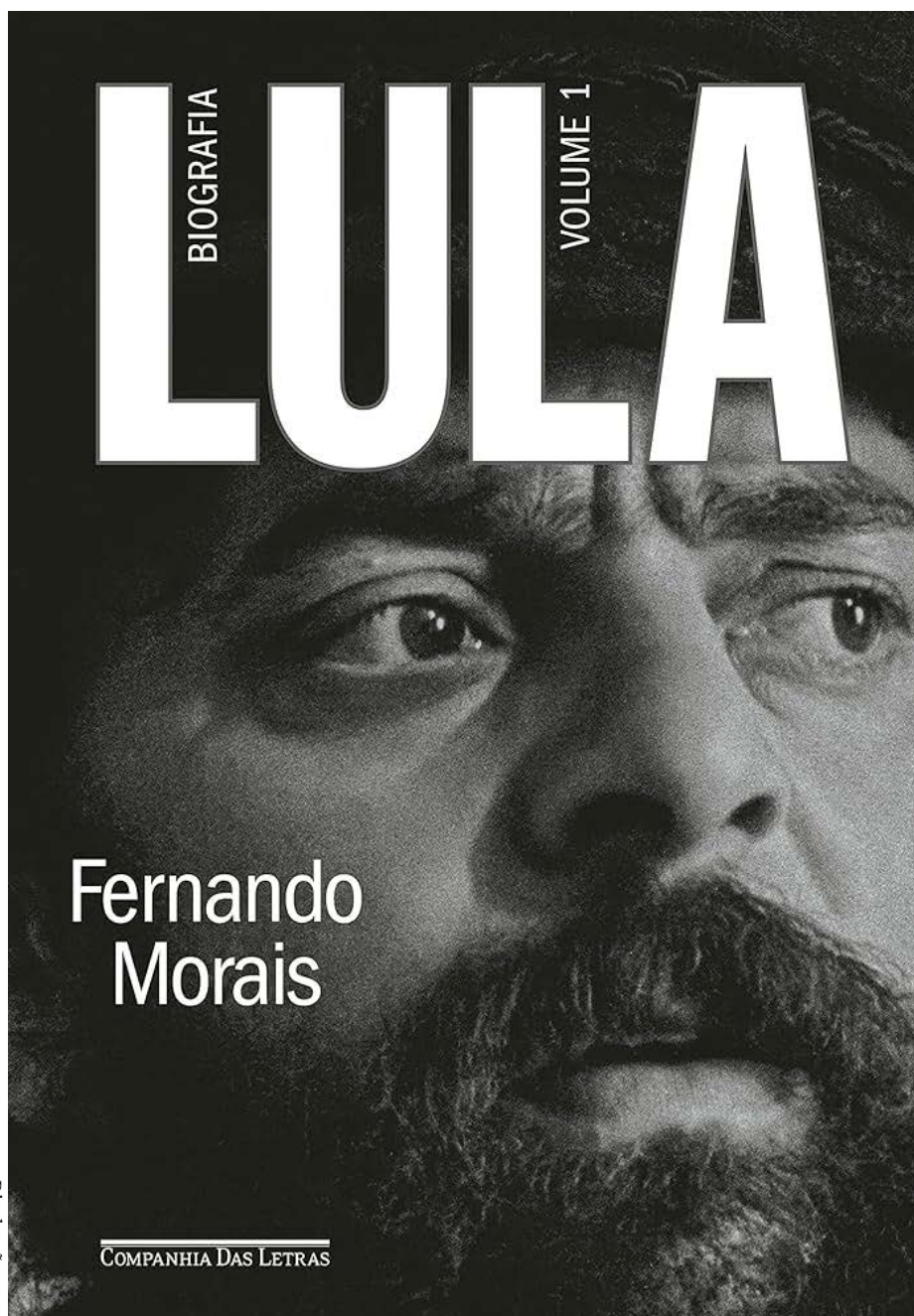
Sua história — de resistência, ascensão social e enfrentamento ao poder — inspirou uma ampla produção artística e intelectual. Biografias de autores brasileiros e estrangeiros, documentários premiados e produções de ficção nas telas reconstituem capítulos que vão das greves operárias de 1979 à prisão política em 2018, passando pelas caravanas pelo país e a reconstrução do projeto político que o levou novamente ao Planalto em 2022.

Entre o mito e o personagem histórico, Lula é hoje um tema que atravessa a cultura brasileira.

Seus discursos, imagens e gestos se tornaram parte da memória coletiva — e essa presença é mantida viva por uma extensa produção audiovisual e literária que o retrata sob diferentes perspectivas: política, humana e simbólica.

Documentários internacionais

O mais recente documentário sobre Lula, dirigido pelo premiado cineasta norte-americano Oliver Stone, estreou no Festival de Cannes de 2024. Intitulado simplesmente Lula (2024), o filme narra o período que vai da prisão política na Lava Jato, em 2018, até a eleição à Presidência da República, em 2022.



Aos 80 anos, Lula é retratado em livros, filmes e documentários que percorrem da infância em Garanhuns à presidência da República

disponível no Globoplay.

O documentário acompanha Lula durante 32 dias da campanha presidencial de 2002, mostrando bastidores de reuniões, debates e comícios até sua vitória nas urnas.

Já Lula, o Filho do Brasil (2009), dirigido por Fábio Barreto, é a cinebiografia que narra a trajetória do presidente desde a infância no interior de Pernambuco até a militância sindical em São Paulo. O longa, também disponível no Globoplay, foi o escolhido para representar o Brasil na disputa por uma vaga no Oscar de 2010.

Biografias

“Lula” (2021, Companhia das Letras), de Fernando Moraes

A aguardada biografia escrita por Fernando Moraes foi lançada em 2021. O primeiro volume já foi traduzido para diversos idiomas, incluindo o chinês, e o segundo deve ser lançado em breve.

“Lula e a política da astúcia: de metalúrgico a presidente do Brasil” (2021, Fundação Perseu Abra-

Segundo o Instituto Lula, Stone destacou que “o conceito de perseguição judicial se expandiu por todo o mundo e tem sido usado para fins políticos, como uma arma. Foi o que fizeram com Lula”. O documentário teve três exibições especiais durante o festival francês.

Outra produção internacional de destaque é Democracia em Vertigem (2019), da cineasta Petra Costa, disponível na Netflix. O filme acompanha os protestos de junho de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a eleição de Jair Bolsonaro. A obra

foi indicada ao Oscar em 2020.

Biografia nas telas

A trajetória de Lula inspirou vários documentários, entre eles:

Diário de Campanha (2002), de João Moreira Salles;

Intervalo Clandestino (2006), de Eryk Rocha; e

Cabra Marcado para Morrer (1984), de Eduardo Coutinho, que traçam um painel do Brasil das greves operárias de 1979 e 1980 até a primeira eleição de Lula.

No Brasil, dos filmes mais emblemáticos é Entreatos (2004), também de João Moreira Salles,



O cineasta Oliver Stone e o presidente Lula. O documentário Lula (2024), foi exibido no Festival de Canne

mo / Expressão Popular), de John D. French

Outra obra fundamental é a biografia do historiador norte-americano John D. French. O autor adota uma abordagem que rejeita narrativas excessivamente individualistas e enfatiza “as relações sociais, políticas e culturais que permitiram a Luiz Inácio se tornar a liderança política que é”, conforme destaca a publicação da Fundação.

Segundo French, a trajetória de Lula representa “a insurgência massiva de trabalhadores que emergiu na indústria metalúrgica do ABC, um fenômeno que transformou não apenas a vida de um homem, mas a história de um país”.

Plataformas de streaming

Além das já mencionadas Netflix e Globoplay, outras plataformas oferecem produções relevantes:

Looke: ABC da Greve (1979), documentário de Leon Hirszman que retrata as greves na região do ABC Paulista.

Mubi: O Processo (2018), de



Maria Augusta Ramos, que reproduz o processo político que levou ao impeachment de Dilma Rousseff.

Outras publicações

Querido Lula (2020, Boitempo): coletânea de cartas enviadas ao ex-presidente durante seu período de encarceramento, revelando a profunda conexão entre o líder e o povo.

Lula Livro (2018, Boitempo):

reúne produções e manifestos contra a prisão de Lula.

Lula, um operário na presidência (1989, Rocco), de Frei Betto: descreve o início da trajetória sindical de Lula, a fundação da CUT e do PT, e suas primeiras campanhas presidenciais.

Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança (1981, Paz e Terra), de Mário Morel: um dos primeiros registros sobre a ascensão política do então líder sindical. ■



Em um país desigual no acesso, influenciadores pregam abandono escolar

Enquanto nas redes sociais é disseminado o discurso do empreendedorismo contrário à universidade como solução para ascensão social, Brasil tem cerca de 60% dos jovens fora do ensino superior

Claudia Rocha

A onda dos “coaches da internet”, que vendem a ideia do empreendedorismo nas redes como solução para ascensão social, já é um fenômeno conhecido. Junto a esta categoria, há o avanço das “tradwives”, mulheres que pregam o retorno a um modelo de casa-

mento baseado na submissão feminina. Para completar o time da influência digital em alta no algoritmo, surge outro perfil: os chamados “coaches mirins”.

Jovens, na maior parte das vezes em idade compatível com o ensino médio, estes influenciadores oferecem dicas sobre ações do mercado financeiro e, principalmente, pregam um discurso perigoso, com afirmações de que a educação “não vale a pena”, não compensa, e que cursar uma uni-

versidade, na realidade, é coisa do passado.

Com um linguajar que mistura palavras do ambiente corporativo, e com um tom utilizado em conteúdos neopentecostais, estes adolescentes vendem como promessa a conquista de milhões de reais a partir de trajetórias que passam longe da educação formal das universidades.

O discurso de abandono da escolarização, no Brasil, encontra uma realidade onde cursar o en-

sino superior ainda é considerado um privilégio para boa parte da população. De acordo com o último censo do IBGE, 32% responderam ter o ensino médio completo ou superior incompleto e 14% o ensino fundamental completo ou médio incompleto.

Os que possuem o superior completo somam 18%, um número que cresceu significativamente nas últimas duas décadas; no ano 2000, apenas 6% dos brasileiros tinham cursado uma universidade.

Mapa da escolaridade

No detalhamento da PNAD Contínua, em 2024, a informação é de que apenas 40% dos jovens com idade de 18 a 29 anos estão estudando. Do total de 48 milhões de pessoas que estão nesta faixa etária, 39% apenas trabalham, 15% trabalham e estudam, 25% só estudam e 20% não estudam e nem trabalham (mais de 9 milhões de pessoas nessa situação).

A qualidade do ensino superior também é fonte de preocupação. De acordo com o Censo da Educação de 2024, promovido pelo Inep,

houve uma explosão no número de cursos realizados na modalidade de EAD (educação à distância).

Dados do IBGE e da OCDE revelam que o diploma universitário ainda é determinante para melhores salários e mobilidade social

De 2014 a 2024, foi registrado um aumento de 284%. Em 2014, cerca de 2 a cada 10 estudantes de ensino superior estavam matriculados em cursos à distância. Em 2024, eram quase 7 a cada 10.

Em 2024, foram ofertadas mais de 23 milhões de novas vagas no ensino superior no Brasil, mas apenas 25% delas foram preenchidas (cerca de 5 milhões de pessoas ingressaram). A proporção das vagas disponibilizadas foi de 95% em instituições privadas e 5% nas universidades públicas.

Liliane Bordignon, pesquisadora do Departamento de Educação da Fundação Carlos Chagas, aponta que ainda há poucas iniciativas para uma inserção feita com qualidade dos jovens no mercado de trabalho formal. A professora visitante da Unicamp comenta que o programa Jovem Aprendiz, que tem esse objetivo, tem se mostrado insuficiente para absorver a demanda, e que o Pé-de-Meia aparece como um reforço importante na política de manutenção dos jovens nos bancos escolares.



Jovens de 18 a 29 anos (48 milhões de pessoas)

25% só estudam

15% estudam e trabalham

39% só trabalham

20% não estuda e não trabalha



Mobilidade social

Apesar da retórica, amplificada nas redes sociais, os dados mostram uma realidade diferente das promessas propagadas pelo contingente de coaches mirins, a de que, sim, vale a pena fazer faculdade atualmente no Brasil.

O brasileiro formado no ensino superior ganha, em média, mais que o dobro (148%) de quem só cursou o ensino médio; com pós-graduação, pode-se ganhar um salário mais de quatro vezes maior (350%) na comparação com quem só se formou no ensino médio, segundo o relatório *Education at a Glance*, da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

No entanto, a desigualdade social segue como marca. Em 2023, a organização fez um estudo que apontou que, considerando as condições atuais de renda, educação, trabalho e saúde, um brasileiro que integra a camada dos 10% mais pobres só tem a chance de ascender à classe média após nove gerações.

“Se a pergunta for: ‘a universidade significa uma mudança completa de classe social?’ Aí podemos responder que não necessariamente”, pondera Liliane Bordignon.

A pesquisadora cita como métricas o nível de consumo, lugar de habitação, transporte, qualida-

de de vida e acesso ao lazer. “Nesse sentido, temos que colocar nes-

Especialistas alertam que a glamourização do trabalho autônomo nas redes ignora a precarização e a falta de direitos da maioria dos empreendedores

sa equação a relação daquilo que a gente herda e o que conseguimos conquistar dentro da sociedade. Quando o indivíduo já tem um ponto de partida mais alto, já nasce nas camadas médias, e vai dali para cima, é muito mais fácil de fazer uma mobilidade dentro da classe. Para a classe trabalhadora, isso significaria, por exemplo, ter

um aumento de renda, uma casa melhor em um bairro vizinho, mas não representa uma grande mobilidade social”, explica.

Um dos pontos apresentados como fator de desânimo para ingressar em um curso universitário é traduzido em um levantamento publicado em 2022 pelo Dieese, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, que mostrou que quase 80% dos brasileiros com ensino superior que entraram no mercado de trabalho foram parar em cargos que exigiam, no máximo, o ensino médio completo. Ainda segundo o Dieese, mais de um milhão de brasileiros com ensino superior trabalhavam como lojistas e vendedores em 2022. A eles, somavam-se 86 mil motoristas de aplicativo e 70 mil entregadores de comida e outros produtos.

Empreendedorismo

“A ideologia do empreendedorismo já está muito presente no debate escolar em diferentes dimensões, seja pelo currículo, que se transformou nos últimos anos e fez com que agora o empreendedorismo se transformasse em uma disciplina quase obrigatória, seja no bate-papo dos alunos, na fila da cantina”, afirma a pesquisadora.

Liliane Bordignon acredita que cabe aos educadores e outros profissionais que têm acesso aos jovens a conversa sobre as ponderações da escolha pela via empreendedora.

“A maioria dos empreendedores brasileiros têm uma condição muito precária de trabalho, eles são responsáveis por todos os riscos derivados do trabalho, não têm férias, 13º salário, plano de saúde, seguro-desemprego, eles estão completamente desassistidos. Se ficam doentes, por exemplo, e não podem trabalhar, essa renda acaba, muito rapidamente, de uma hora para outra”, diz. ■



Cúpula dos Povos da COP30: vozes dos movimentos sociais prontas para ecoar em Belém

Cúpula dos Povos reunirá mais de dez mil participantes na COP30, com foco em enfrentar o modelo extrativista e o uso de combustíveis fósseis

Fernanda Otero

As margens da Baía do Guajará, Belém se prepara para receber, entre 10 e 21 de novembro de 2025, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30). A capital paraense deverá se transformar no centro mundial das atenções, não apenas pela agenda diplomática, mas pelo reencontro entre a so-

cidade civil e o debate climático global.

Depois de três conferências marcadas por restrições a manifestações em Baku (Azerbaijão), Dubai (Emirados Árabes Unidos) e Cairo (Egito), a Amazônia promete ser o palco da maior mobilização popular já vista em uma COP.

Para Caetano Scannavino, ouvido pela Focus Brasil, coordenador do Projeto Saúde e Alegria (PSA), a realização da conferência na Amazônia pode “tirar os nos-

sos líderes dessa letargia que está nos levando a um fim do mundo — ou, pelo menos, a um fim dessa humanidade”.

Paulista radicado há 37 anos em Santarém, Scannavino integra o Comitê Político da Cúpula dos Povos, coalizão que reúne 44 organizações e espera receber mais de 10 mil participantes na Universidade Federal do Pará (UFPA), sede do evento paralelo entre 12 e 16 de novembro.

“A gente vem de três COPs em países com restrição à participa-

ção popular. Não podia protestar em Baku, não podia protestar em Dubai, no Egito. E eu acho que a COP em Belém agora vai ser uma COP com o clamor da sociedade civil”, diz.

Belém quer ser o palco da virada climática

A Cúpula dos Povos funcionará como um espaço autônomo de mobilização, com programação intensa e aberta. Barcos vindos de comunidades ribeirinhas chegarão a Belém no dia 12, marcando o início das atividades. Nos dias 13 e 14, serão realizadas plenárias mundiais, seguidas da Marcha pelo Clima, no dia 15, e da leitura pública da Carta da Cúpula dos Povos, no encerramento, no dia 16.

O evento contará com alojamento para 7 mil pessoas, somando-se aos 3 mil indígenas hospedados com apoio do Ministério dos Povos Indígenas. A alimentação será preparada por cooperativas da agricultura familiar, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por associações amazônicas ligadas à

produção agroecológica.

Scannavino destaca que a expectativa é fazer de Belém “talvez a COP com maior mobilização e participação social de todos os tempos”, empurrando “os tomadores de decisão a sair dessa letargia”.

A Cúpula dos Povos pretende romper a letargia global e colocar justiça climática e social no centro do debate

A Cúpula, segundo ele, se apresenta como um contraponto necessário à lentidão das negociações oficiais, trazendo para o centro do debate a conexão entre justiça climática e justiça social. “Sem o social não tem o ambiental”, resume.

Apesar do otimismo com a mobilização popular, Scannavino é cauteloso em relação aos resultados formais da conferência. “A conjuntura mundial não está favorável, ainda mais hoje com um governo negacionista norte-americano liderado por Donald Trump”, avalia.

Para ele, o verdadeiro teste da presidência brasileira da COP30 será ter coragem de enfrentar o tema dos combustíveis fósseis, responsáveis por 75% das emissões globais. “Se a presidência da COP conseguir colocar essa agenda na mesa — a agenda que ninguém quer conversar, que é ir à raiz do problema —, já será um avanço”, afirma.

Um novo modelo energético

A discussão sobre o modelo



Assessoria Cúpula dos Povos



Caetano Scannavino, do Projeto Saúde e Alegria: “A COP30 precisa ter a voz da sociedade civil.”

energético é uma das prioridades da Cúpula dos Povos. Scannavino reconhece que “o Brasil é um país que, do ponto de vista energético, tem uma matriz acima da média em termos de limpeza em comparação com outras nações desenvolvidas”, mas lembra que o tema precisa ser repensado. “No século passado, construímos hidrelétricas como a de Tucuruí para gerar energia para a indústria do alumínio”, afirma.

“Hoje, o Pará é o segundo maior produtor de energia do país, mas o paraense paga a maior tarifa elétrica do Brasil”, critica. Segundo ele, é preciso questionar o modelo: “A bicicleta de alumínio a gente importa, e o alumínio com impacto ambiental a gente paga — principalmente o povo in-

dígena, quilombola e ribeirinho, que sofre o maior impacto.”

O ativista diz que a região está exaurida pelo extrativismo. “Aqui na Amazônia, estamos cansados de só extrair, extrair, extrair”, lamenta. Ele cita o exemplo das patentes de medicamentos originadas da floresta, majoritariamente registradas por empresas estrangeiras. “Boa parte delas é estadunidense, europeia ou chinesa”, observa.

A Cúpula dos Povos se consolida, assim, como um espaço para pressionar por avanços concretos na agenda climática, demonstrando que as soluções para a crise ambiental passam pelo enfrentamento das desigualdades sociais e pela valorização dos saberes tradicionais. “Para ter a escuta, pre-

cisa ter o grito. Parte da sociedade civil está se organizando para fazer o grito necessário”, conclui Scannavino.

Do barco-hospital à bioeconomia amazônica

Com quatro décadas de atuação em comunidades do Tapajós, o Projeto Saúde e Alegria levará para a COP30 exemplos que combinam saúde, educação, geração de renda e bioeconomia. “Muitas dessas soluções que a gente construiu junto com as comunidades para inclusão social hoje também podem ser entendidas como tecnologias de adaptação climática”, explica.

Entre as experiências apresentadas está o barco-hospital Abaré, modelo de atendimento fluvial que se tornou política pública nacional e inspirou quase 100 embarcações semelhantes em operação na Amazônia e no Pantanal. “O Saúde e Alegria é copyleft. Pode copiar o que deu certo aqui”, brinca o coordenador.

O projeto ganhou projeção internacional após ser acusado injustamente, em 2019, pelo então presidente Jair Bolsonaro, de “colocar fogo na Amazônia com apoio do ator Leonardo DiCaprio”.

A investigação, que durou três anos, inocentou completamente a equipe. “Desde essa acusação, há cinco anos, a gente conta com o apoio da fundação do Leonardo DiCaprio”, conta Scannavino, agradecendo com ironia ao ex-presidente por “nos ajudar a ser um fundraiser guy”.

Reconhecido internacionalmente, o PSA abrigou o atual ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante os seis anos em que ele viveu na região. O ministro retornou recentemente à comunidade de Cachoeira do Aruã, em Santarém (PA), para inaugurar uma nova UBS da Floresta, inspirada nas ações do projeto. ■

“Queremos uma polícia voltada à inteligência, não ao confronto”

Em entrevista à Focus Brasil, Felipe Freitas defende uma segurança pública baseada na inteligência, no respeito à vida e sem letalidade como política de Estado

Rose Silva

A Bahia quer redefinir o debate sobre segurança pública no país. Para o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas, é preciso romper com a ideia de que a violência policial é um preço inevitável no combate ao crime.

“Não é concebível tratar a letalidade como um efeito colateral necessário ao enfrentamento do crime organizado. É preciso recusar essa lógica e construir outro caminho, que valorize o trabalho policial sem abrir mão do respeito à vida”, afirma.

Freitas defende que governos de esquerda assumam uma posi-

ção clara diante do tema e apresentem modelos de segurança pautados pela inteligência, pela formação e pela defesa dos direitos humanos.

“Todos enfrentamos o mesmo problema com as facções e o crime organizado. O que deve ser diferente é a maneira com que os governos lidam com ele. O campo democrático precisa assumir publicamente que quer outro tipo de segurança pública”, sustenta o secretário.

A declaração ocorre no contexto da elaboração do plano de redução da letalidade policial na Bahia, que prevê medidas de formação, revisão de protocolos, uso de câmeras corporais e acompanhamento psicológico dos agentes.

- O que motivou o governo da Bahia a desenvolver o plano para conter as mortes decorrentes de intervenção policial?

- O Brasil viu, nos últimos anos, um incremento grande do número de mortes pela polícia. E a Bahia, infelizmente, é um dos estados em que esse fenômeno coloca o desafio de controlar, reduzir e enfrentar o problema. Esse tema é muito importante para as políticas de segurança pública em todo o país, pois os altos índices revelam fortes indícios de que haja um manejo pouco técnico e o uso excessivo da força policial. E mostram a necessidade de que aprimoremos as orientações e as diretrizes técnicas, para que ela possa ser usada com a intensidade



necessária para enfrentar o crime sem provocar novas mortes.

- Quais são as principais medidas desse plano e como o governo espera implementá-las?

- Desde o segundo ano da gestão do governador Jerônimo Rodrigues, a primeira grande estratégia foi a adoção das câmeras corporais, uma medida reconhecidamente positiva para ampliar a transparência da ação policial, dar mais consistência às provas colocadas nos processos judiciais que são obtidas pela polícia em sua atuação e também para a proteção dos próprios profissionais de segurança pública. Portanto, há muitas razões pelas quais as câmeras corporais são um instrumento importante no aprimoramento e no aperfeiçoamento da atuação.

Além disso, produzimos mudanças importantes nas norma-

tivas internas da polícia militar, como, por exemplo, a Portaria 70, editada neste ano, que prevê a obrigatoriedade de que todo policial que se envolva em ocorrência com morte seja afastado de suas atividades, para um processo de acompanhamento e avaliação da condição psicológica.

Não é concebível que um profissional de segurança pública se envolva em uma ocorrência tão complexa sem passar por isso, independentemente de essa morte ter ocorrido ou não dentro das regras legais. Não importa se a operação foi no exercício da legítima defesa, é sempre um evento traumático para um profissional estar envolvido em uma operação que resulta em morte.

Deve haver uma preocupação com a saúde mental dessas pessoas, o que representa um avanço importante ocorrido no último período. Ou seja, a qualidade de

vida do policial é muito importante e determinante para o resultado final da ação que ele desenvolve. Isso ensejou uma ação mais ampla, que é o plano de redução da letalidade, com três frentes de atuação. Uma voltada à formação, que busca oferecer aos policiais o que há de mais moderno e atual em termos de preparo para o uso qualificado da força. Uma segunda frente, normativa, voltada a novos protocolos e procedimentos, ou seja, quais são as regras que orientam o trabalho da polícia, sobretudo na ação de abordagem e planejamento de operação.

Temos uma série de medidas que ajustam a ação do Estado para alinhá-la às diretrizes que o presidente Lula apresentou em dezembro do ano passado, com um decreto sobre regulamentação do uso da força, para que a gente possa ter regras que favoreçam a polícia voltada à inteligência mais do que ao confronto. E uma terceira frente é a da fiscalização e correção, ou seja, o fortalecimento das corregedorias. Há medidas relativas ao uso de câmeras corporais, que ampliam a transparência sobre a atividade policial.

E também o nosso sistema de bonificação por desempenho, que hoje, na Bahia, premia os policiais com incentivo financeiro nos lugares onde há redução dos homicídios e crimes violentos, a partir de agora incorpora também a redução da letalidade policial. Queremos bonificar e reconhecer o policial que, em sua atuação, conseguir reduzir os índices criminais sem gerar mais violência. É o contrário do que o governo do Rio de Janeiro pretendeu fazer com a gratificação faroeste.

- Como o governo pretende estimular o uso das câmeras pelos policiais?

- As avaliações mostraram que são necessários aprimoramentos importantes nesse sentido. Hou-

ve uma mudança na legislação para responsabilizar diretamente cada comandante operacional regional sobre a utilização das câmeras, ou seja, ele terá a função direta e expressa dentro da sua ordem do dia, do seu procedimento cotidiano, sobre a fiscalização da utilização das câmeras.

Desde a recomendação do Ministério Público sobre o assunto, três meses atrás, até agora, já tivemos uma elevação bastante significativa do número de câmeras utilizadas e número de horas gravadas sob a modalidade de gravação intencional. Então, efetivamente, aquilo que foi apontado pelo Ministério Público surtiu efeito.

Um segundo ponto importante para reverter esse quadro diz respeito à formação. A pesquisa realizada pelo MP identificou que os policiais começaram a utilizar as câmeras sem necessariamente terem sido capacitados sobre o uso, sobre a redução de mortes violentas decorrentes de intervenção policial e a adequação do uso da força.

Há uma ação direcionada para as polícias que estão fazendo uso de câmeras corporais para que recebam capacitação, e acreditamos que isso terá um efeito de reversão na baixa utilização.

Por fim, houve um remanejamento da distribuição das câmeras, porque a pouca utilização tinha a ver com o fato de que não necessariamente havia câmeras nas melhores lotações, aquelas que têm mais atividade operacional. Redistribuímos e começamos a reverter a subutilização das que ficavam nas unidades onde não havia tantos policiais em atividade.

- Como é o governo pretende monitorar a implantação desse plano e acompanhar os resultados?

- Existem duas instâncias: um comitê específico de acompanhamento composto por todas as áreas da Secretaria de Segurança Pública, criado e publicado no Diário Oficial junto com o plano; e uma segunda instância, que é a Câmara de Articulação social do Bahia Pela Paz, nosso programa de prevenção à violência, que é presidido pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, mas conta com a participação do Ministério Público, da defensoria e de organizações da sociedade civil, con-

“Não é concebível tratar a letalidade como um efeito colateral necessário para o enfrentamento do crime organizado.”

selhos de direitos humanos, de segurança pública, de igualdade racial.

Participam atores como o Ministério Público, que tem a função constitucional do controle da atividade policial, e as organizações da sociedade civil, que são o motor efetivo dessa agenda de controle da letalidade e já estiveram presentes na elaboração do plano.

A ideia é que, sobretudo agora, a partir dessa primeira iniciativa, posta em debate público pelo go-

verno, possamos ampliar a escuta social. Para que ao longo do processo de implementação seja possível fazer correções, ajustes e incorporações de novos conteúdos que venham a ser apresentados.

- O senhor acredita que o tema da segurança pública vai mobilizar os partidos de esquerda com a proximidade das eleições?

- Ontem, eu tive uma reunião muito importante com a Executiva Estadual do PT, falando com a direção partidária sobre como eu penso que os partidos políticos de esquerda precisam tomar lugar nesse debate, dentro dos governos do campo democrático.

Precisamos distinguir quais são os elementos de uma política de segurança pública em um governo de esquerda, democrático, em relação aos governos de direita, porque não é possível a gente imaginar que a resposta a esse problema tenha de ser igual.

Eu não tenho dúvida de que tanto um governo de esquerda quanto um de direita têm pontos em comum, no sentido de que todos nós, independentemente do espectro ideológico que governa os estados, vivemos o mesmo problema com as facções, com o crime organizado e, em certo sentido, essa é uma agenda comum da segurança pública. Por outro lado, é preciso entender também o que nos distingue.

O que é que caracteriza um projeto de esquerda para lidar com o tema da letalidade policial? Infelizmente, esse problema está disseminado em todos os estados da federação. Mas o que deve ser diferente é a maneira com a qual os governos lidam com ele, e os de esquerda precisam, a partir da pressão dos partidos de esquerda, dentro das coalizões, assumir uma postura pública de recusar a letalidade policial como um efeito colateral necessário para o enfrentamento do crime organizado. ■



“Jamais negamos apoio ao Rio de Janeiro”, diz Lewandowski após operação mais letal da história do estado

O Ministério da Justiça e Segurança Pública afirma que desde 2023 atende todos os pedidos do governo fluminense e mantém a Força Nacional no estado, enquanto cobra planejamento e cooperação para reduzir a violência

Guto Alves

No fim da tarde desta terça-feira (28), o presidente em exercício Gerado Alckmin convocou no uma reunião no Palácio do Planalto para tratar da megaoperação policial no Estado do Rio de Janeiro, na Capital, considerada já a ação mais letal da história do estado fluminense, segundo confirma o Palácio Guanabara (Governo do Estado). O Governador em exercício é o aliado de Bolsonaro Cláudio Castro (PL-RJ).

O encontro durou cerca de uma hora e contou com a presença dos ministros Rui Costa (Casa Civil), Sidônio Palmeira (Secom), Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), Jorge Messias (AGU) e Macaé Evaristo (Direitos Humanos), além de representantes dos ministérios da Justiça, da Defesa e da Polícia Federal.

Em nota oficial publicada após a reunião, o Governo do Brasil salientou que “Durante a reunião, as forças policiais e militares federais reiteraram que não houve qualquer consulta ou pedido de apoio, por parte do governo estadual do Rio de Janeiro, para realização da operação”.

A nota informa ainda que o ministro Rui Costa entrou em contato com o Governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL-RJ) e que solicitou ainda realização de uma reunião de emergência na capital fluminense, com participação dele e do ministro Ricardo Lewandowski, nesta quarta-feira (29).

Também foi acordada a transferência de 10 presos do sistema estadual para presídios federais solicitada pelo governo do Rio de Janeiro. Em nota publicada ao final do encontro, a Casa Civil informou que o governo do estado não fez qualquer pedido de apoio federal para a operação desta terça-feira.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava em voo de retorno ao Brasil e não participou do encontro.

Operação

A chamada “Operação Contenção”, que mobilizou cerca de 2,5 mil agentes a céu aberto, foi deflagrada nesta terça-feira (28) nas comunidades da Penha e do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro, pelo governo do estado com o objetivo de conter a expansão territorial do Comando Vermelho (CV) e prender lideranças da facção.

Moradores ficaram sob fogo cruzado, escolas e postos de saúde precisaram ser fechados, e terminais rodoviários e metroviários interromperam o funcionamento. O saldo, até o momento, é de 64 mortos, entre eles quatro policiais — dois civis e dois militares do BOPE —, e 81 pessoas presas, até a última atualização dos dados.

Governo federal contesta versão de Castro e apresenta dados

Sem informar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) sobre a deflagração da operação, o governo estadual alegou falta de apoio federal. O governador Cláudio Castro afirmou que “o Rio está completamente sozinho”.

Em coletiva à imprensa, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou que nenhum pedido de apoio foi feito pelo governo fluminense para a operação desta terça-feira. “Jamais negamos qualquer solicitação. Não recebemos comunicação prévia nem pedido formal para essa ação”, disse o ministro.

Segundo Lewandowski, o governo federal tem atuado de forma permanente no estado, com o envio da Força Nacional de Segurança Pública desde outubro de

2023, conforme a Portaria nº 766, de 12 de dezembro de 2023. A atuação, que pode ser renovada até dezembro de 2025, foi solicitada 11 vezes pelo estado e todas as solicitações foram atendidas.

Durante a entrevista, o ministro também destacou a necessidade de integração e planejamento entre as forças, princípio central da PEC da Segurança Pública, apresentada ao Congresso Nacional para fortalecer a cooperação entre União, estados e municípios. O vídeo completo da coletiva está disponível neste link.

Operações federais no Rio

De acordo com o MJSP, 178 operações da Polícia Federal foram realizadas no Rio somente em 2025, sendo 24 delas contra o tráfico de drogas e armas. O saldo inclui 210 prisões e 190 armas apreendidas, entre elas 17 fuzis.

A pasta destacou também os resultados obtidos pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e pela



Força Nacional no estado:

- 3.082 veículos recuperados
- 13.961 munições apreendidas
- 172 armas curtas e 72 fuzis apreendidos
- 8.250 pessoas detidas
- R\$ 3,24 milhões apreendidos
- 29,5 toneladas de maconha apreendidas
- 3,9 toneladas de cocaína apreendidas
- 73.990 unidades de drogas sintéticas

Esses dados, segundo o ministério, demonstram o “esforço contínuo do governo federal no enfrentamento ao crime organizado e na redução do poder bélico das facções criminosas”.

Recursos não utilizados pelo estado

O Ministério da Justiça também lembrou que o Rio de Janeiro dispõe de recursos significativos já transferidos pelo governo federal para investimentos em segurança pública.

Pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), o estado recebeu R\$ 331 milhões desde 2019, dos quais R\$ 157 milhões foram

utilizados, restando R\$ 174 milhões disponíveis.

No caso do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), o repasse total foi de R\$ 143 milhões, mas apenas R\$ 39 milhões foram aplicados.

Além dos repasses, o estado recebeu equipamentos, drones, veículos, coletes e munições — um investimento de cerca de R\$ 10 milhões — e participa de programas federais como a Rede Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (Renorcrim) e a Rede Nacional de Recuperação de Ativos de Facções (Recupera).

Edinho Silva e Gleisi Hoffmann pedem cooperação

O presidente nacional do PT, Edinho Silva, lamentou o saldo da operação e destacou a necessidade de inteligência e integração entre os governos. “Mais de 60 vidas foram perdidas numa ação desastrosa. O Ministério da Justiça afirmou que todas as vezes que o estado pediu a Força Nacional foi atendido. O governo federal tem mostrado que segurança se faz com planejamento e cooperação”,

afirmou.

A ministra da Secretaria-Geral da Presidência, Gleisi Hoffmann, reforçou que a PEC da Segurança Pública — de autoria do governo Lula — foi pensada justamente para situações como a que atinge o Rio. “Os episódios desta terça-feira ressaltam a urgência da aprovação da PEC no Congresso. Ficou evidente a necessidade de articulação entre as forças de segurança no combate ao crime organizado”, disse.

Investigações e compromissos

O ministro Lewandowski reiterou que o governo federal mantém “cooperação total” com o Rio de Janeiro e que as forças federais seguem atuando em parceria com a Polícia Civil e a PM, por meio de operações conjuntas como a FICCO/RJ e a Operação Redentor.

“A missão é a cooperação total entre União e o Rio. Estamos empenhados em combater o crime de forma integrada e científica. Segurança pública não se faz com improviso, mas com inteligência e coordenação”, afirmou o ministro. ■

“Eu votei no Bolsonaro”, afirma ex-diretor do INSS, peça-chave no roubo dos aposentados

Ex-diretor do INSS admite receber R\$ 2 milhões de empresas ligadas ao “Careca” em depoimento tenso na CPMI



Agência Brasil

Redação Focus Brasil

O depoimento de Alexandre Guimarães, ex-diretor de Governança do INSS entre 2021 e 2023, perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga fraudes contra aposentados e pensionistas, foi marcado por admissões contundentes e pela descrença generalizada dos parlamentares em suas explicações. Ele não é funcionário público e iniciou di-

zendo ter sido indicado ao cargo por seu currículo.

Guimarães admitiu ter recebido mais de R\$ 2 milhões de empresas ligadas a Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, apontado como um dos principais articuladores do esquema.

O deputado Rogério Correia (PT-MG), um dos que requisitaram a convocação de Guimarães, destacou a gravidade das conexões que ele qualificou como um caso emblemático de como o esquema funcionava. Um ex-diretor indicado politicamente, que man-

tinha relações comerciais com o principal operador das fraudes, recebendo milhões enquanto os aposentados eram saqueados”.

Contradições e indicações políticas

Com o desenrolar do depoimento, ficou revelado que o processo de nomeação de Guimarães apresentava contradições. Inicialmente, ele afirmou não ter “relação com políticos”, mas depois admitiu ter sido indicado por conexões políticas em 2017 e em 2021.



Guimarães também admitiu ter votado em Jair Bolsonaro na eleição de 2022, o que reforçou a tese de parlamentares do PT sobre a omissão do governo anterior diante das fraudes.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) foi enfático ao afirmar que “vemos a confirmação de que houve uma omissão criminosa do governo Bolsonaro. Enquanto esse senhor recebia milhões do esquema, o governo fechava os olhos para o saque aos aposentados. Só com o governo Lula é que as investigações avançaram e o dinheiro começou a ser devolvido”.

Serviços de “educação financeira” questionados

Os parlamentares consideraram inverossímeis as explicações sobre os serviços prestados. Guimarães alegou que a Vênus Consultoria produzia “inserções educativas” sobre educação financeira, começando com duas por semana e chegando a mais de 16 mensais.

O senador Alencar Santana

(PT-SP), membro da CPMI, destacou o padrão de indicações políticas: “O que temos aqui é a confirmação de um modus operandi: indicações políticas para cargos estratégicos, conivência com esquemas de corrupção e enriquecimento ilícito às custas dos mais vulneráveis. O governo Bolsonaro foi omisso porque estava comprometido com o esquema”.

Durante a gestão de Guimarães na diretoria do INSS, o número de denúncias de descontos indevidos em aposentadorias e pensões aumentou significativamente, quase dobrando a cada ano entre 2022 e 2024. Guimarães alegou que isso se devia à transferência da ouvidoria para dentro do próprio INSS, o que teria facilitado o recebimento das reclamações.

O deputado Paulo Pimenta reforçou: “É importante lembrar que as maiores vítimas desse esquema são as mulheres idosas, que dependem desses benefícios para sobreviver. A crueldade desse crime social é imensurável”.

Cobertura da imprensa

Os depoimentos continuam na terça-feira, 28, com os do piloto de aviões, Henrique Traugott Binder Galvão, que prestava serviços à CONAFER, que compareceu sem advogada e sem habeas corpus. Logo no início do seu depoimento, o relator, deputado Alfredo Gaspar, pediu que a testemunha ligasse para um amigo, e começou a fazer perguntas ao cidadão.

Na parte da tarde, foi ouvido um sócio do Careca do INSS, Domingos Sávio de Castro, que compareceu acompanhado de sua advogada e com habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Na abertura dos trabalhos, o presidente da CPMI, senador Carlos Viana, queixou-se da cobertura da imprensa.

“Há um silêncio absurdo no país em relação a isso. Os grandes veículos não têm nos acompanhando”, reclamou o senador.

O parlamentar destacou que, enquanto as discussões entre os parlamentares geram manchetes imediatos, as revelações sobre esquemas de corrupção e desvio de dinheiro não recebem a cobertura devida. Ele questionou o silêncio dos grandes veículos. “Quando é a vez de se fazer a cobertura, não se faz”, afirmou, ressaltando que apenas manchetes negativas ganham repercussão.

O senador fez uma reflexão sobre a responsabilidade dos parlamentares e como são observados em todo o país, lembrando que o mais importante são os quase 30 mil aposentados, pensionistas e cidadãos que acompanham os trabalhos através do YouTube.

Ele destacou ainda o papel das redes sociais como principal meio de divulgação de notícias atualmente, reconhecendo que, apesar de alguns problemas, essas plataformas são fundamentais para informar a população brasileira sobre o que realmente está acontecendo. ■



Governo da Bahia lança plano para reduzir letalidade policial em 10% a cada semestre

Plano de Atuação Qualificada lançado pelo governo da Bahia busca reduzir em 10% por semestre as mortes decorrentes de ação policial, com foco na formação, fiscalização e protocolos de uso da força

Rose Silva

O governo da Bahia anunciou, em 22 de outubro de 2024, o Plano de Atuação Qualificada de Agentes do Estado, que pretende diminuir em 10% por semestre o número de mortes decorrentes da ação policial nos próximos três anos.

A iniciativa integra o programa Bahia pela Paz, voltado à redução da violência, e resulta de dois anos de planejamento e negociações envolvendo os três poderes, além de organizações da sociedade civil.

O documento ao qual a Focus Brasil teve acesso estabelece medidas de aprimoramento da atuação dos órgãos de segurança pública, “alinhando as ações po-

liciais aos princípios dos direitos humanos, aos valores da legalidade, proporcionalidade e transparência”, diz o texto.

Entre as ações previstas estão a padronização de protocolos e procedimentos operacionais que garantam decisões de emprego da força sempre proporcionais ao risco enfrentado, com foco na preservação da vida.

Para o secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, Felipe Freitas, o grande incremento do número de mortes pela polícia ocorrido no Brasil nos últimos anos revela fortes indícios de uso excessivo da força.

“É necessário aprimorar as orientações e as diretrizes técnicas, para que ela possa ser usada com a intensidade necessária para enfrentar o crime sem provocar novas mortes”, afirmou.

Formação, fiscalização e novos protocolos

O estado já havia adotado, desde o segundo ano da atual gestão, o uso de câmeras corporais, medida reconhecida por ampliar a transparência da ação policial e a segurança dos próprios agentes.

Em 2024, a Bahia conseguiu reverter a curva de crescimento das mortes por intervenção policial, que vinha em alta desde 2021, quando foram registrados 1.352 casos. No ano seguinte, o número subiu para 1.468 (aumento de 8,6%) e atingiu o pico em 2023, com 1.702 mortes (alta de 15,9% em relação ao ano anterior). Em 2024, houve 1.556 mortes registradas, representando uma redução de 8,57% em comparação a 2023.

O plano se estrutura em três eixos de atuação: a formação e preparo técnico, que busca oferecer aos policiais o que há de mais moderno em uso qualificado da força; a revisão normativa, com novos protocolos de abordagem e planejamento de operações e o fortalecimento das corregedorias, voltado à fiscalização e correção das condutas.

O sistema de bonificação por desempenho, que já premia os policiais atuantes em áreas com redução de homicídios e crimes violentos, passa agora a incorporar a diminuição da letalidade policial como fator de incentivo.

O Ministério Público da Bahia classificou o plano como um avanço necessário na política de segurança pública e prevenção à violência. De acordo com o procurador-geral de Justiça, Pedro Maia, a iniciativa representa “um marco relevante na promoção do uso qualificado e progressivo da força, no fortalecimento da transparência da atuação policial e no monitoramento ativo de dados, elementos fundamentais para o avanço das políticas públicas de segurança e para a preservação da vida como valor central da atuação estatal”. ■



Brasil defende soberania e diálogo em encontro entre Lula e Trump

Presidente reforça respeito mútuo e diz que divergências ideológicas não impedem acordos “justos e equilibrados” para proteger os interesses do país

Redação Focus Brasil

Em defesa da soberania nacional e do livre-comércio equilibrado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta segunda-feira (27/10) que as negociações entre o Brasil e os Estados Unidos devem avançar rapidamente para resolver as tarifas impostas a produtos brasileiros.

“Logo, logo não haverá problema entre Estados Unidos e Brasil. O que interessa numa mesa de negociação é o futuro, é o que você vai negociar para frente”, declarou.

O encontro entre Lula e o presidente Donald Trump, realizado no domingo (26/10) em Kuala Lumpur, na Malásia, foi descrito por ambos como “franco e construtivo”. Segundo Lula, “o fato de termos posições ideológicas diferentes não impede que dois chefes de Estado tratem a relação com respeito”.

Durante a reunião, Lula apresentou dados que contradizem o argumento americano de déficit comercial com o Brasil, destacando um superávit de US\$ 410 bilhões para os Estados Unidos nos últimos 15 anos.

“São informações claras e objetivas, que demonstram o quanto o comércio bilateral é vantajoso

para os dois lados”, afirmou.

As equipes técnicas dos dois países iniciaram uma nova rodada de negociações, com cronograma definido para revisar tarifas e buscar soluções para os setores mais afetados. “Estamos num cenário muito mais positivo do que há alguns dias”, disse o ministro Mauro Vieira.

Ao defender uma política externa plural, Lula reafirmou que o Brasil não tem preferências ideológicas e seguirá diversificando suas relações comerciais. “Quero continuar tendo uma belíssima relação com a China, com os Estados Unidos, com a União Europeia. Nosso negócio é fazer negócio”, resumiu. ■



PEC 38/2025: Um ataque ao serviço público e aos direitos da população

Em artigo, Gleide Andrade alerta que a PEC 38/2025 representa um ataque ao serviço público e ameaça os direitos dos servidores e da população

Gleide Andrade

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/2025, recentemente protocolada na Câmara dos Deputados, representa um dos mais graves ataques ao serviço público brasileiro nas últimas décadas.

Sob o disfarce de “modernização” e “eficiência”, o texto propõe mudanças que comprometem a qualidade dos serviços prestados à população e enfraquecem os direitos dos servidores públicos.

O que está em jogo

Entre as principais mudanças propostas, destacam-se:

- Avaliação de desempenho e metas: A PEC estabelece que

progressões e bônus dos servidores estarão condicionados a avaliações de desempenho vinculadas a metas, o que pode resultar em pressão política e assédio moral, comprometendo a autonomia e a estabilidade do serviço público.

- Extinção de benefícios: A proposta prevê o fim de vantagens por tempo de serviço, como anuênios, triênios e quinquênios, além da vedação de conversão em pecúnia de férias e licenças não usufruídas. Tais medidas visam reduzir custos à custa dos direitos dos trabalhadores.
- Fragilização do Regime Jurídico Único: A PEC propõe a flexibilização das regras de contratação e demissão, abrindo brechas para o aumento de cargos comissionados e enfraquecendo o modelo que garan-

te estabilidade e autonomia aos servidores.

- Privatização de serviços públicos: A proposta amplia a possibilidade de parcerias com a iniciativa privada na gestão de serviços essenciais, o que pode levar à precarização e à mercantilização de áreas como saúde, educação e segurança pública.

Impacto na sociedade

Essas mudanças não afetam apenas os servidores públicos, mas toda a população brasileira. A redução da qualidade dos serviços públicos, a precarização das relações de trabalho e a diminuição da capacidade do Estado de atender às necessidades da sociedade são consequências diretas da aprovação da PEC 38/2025.

Além disso, a proposta atinge especialmente as mulheres, que representam a maioria dos servidores públicos e desempenham papel fundamental na implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e assistência social.

A resistência é necessária

Diante desse cenário, é fundamental que a sociedade se mobilize em defesa do serviço público e dos direitos dos trabalhadores. A Marcha Nacional do Serviço Público, marcada para o dia 29 de outubro em Brasília, é um exemplo claro de resistência e compromisso com um Estado que atenda às necessidades da população e respeite os direitos dos servidores.

É hora de reforçar a luta contra a PEC 38/2025 e garantir que o serviço público brasileiro continue sendo instrumento de promoção da justiça social, da igualdade e do bem-estar coletivo. ■

Gleide Andrade (PT-MG) é Secretária Nacional de Planejamento e Finanças do PT



Bruno de Sá: o soprano brasileiro que faz da arte um ato político no mundo

Do coro evangélico em Santo André aos palcos da Europa, Bruno de Sá faz da voz um instrumento de resistência, talento e afirmação política

Fernanda Otero

Os recursos digitais de imagem incorporados aos grandes espetáculos operísticos são uma tendência na temporada europeia, em especial na Irlanda, onde o 74º Festival de Ópera de Wexford, realizado na cidade de Wexford, Irlanda, celebra mitos e lendas. O destaque da temporada ficou para um brasileiro de Santo André (SP): Bruno de Sá.

Atuando como Aquiles, Bruno de Sá pegou as tradições “pelo calcanhar”. O regente George Petrou, um dos maestros mais requisitados de sua geração e especialista

em música barroca, foi quem o convidou diretamente para participar do festival.

Após a temporada na Ilha Esmeralda, a agenda de 2025/2026 do soprano está tomada por concertos e óperas pelos quatro cantos do Velho Continente.

O Festival de Wexford, tradicional evento que atrai amantes da ópera de toda a Europa, apresenta nesta edição três produções principais, sendo Deidamia — executada pela primeira vez em 1741 — a obra barroca escolhida para representar Handel.

Com um cenário inusitado que mistura elementos cênicos das óperas clássicas com imagens criadas por inteligência artificial e cortinas simples que geram um efeito onírico, os solistas entre-

gam um espetáculo dinâmico e envolvente com toques de modernidade.

No papel de Aquiles, Bruno de Sá não é apenas mais um cantor lírico: é um soprano que transforma sua voz em instrumento de resistência política e quebra de paradigmas no conservador mundo da ópera.

Aquiles travestido: a complexidade do personagem

Bruno revela as nuances do personagem que interpreta: “Aquiles tem muitas camadas. Ele se esconde em uma ilha travestido de mulher para não ir à Guerra de Troia e acaba se apaixonando por Deidamia.”

O soprano explica que o desafio vai além da técnica vocal e envolve três níveis diferentes de interpretação: “Se ele está sozinho em cena, é um homem; se está com alguém que sabe que ele é homem, é um homem vestido de mulher; mas, se está com quem não sabe, tem que ser uma mulher.”

Essa complexidade ressoa com a própria trajetória do cantor, que desde cedo lidou com questões de identidade através da voz. “Eu gosto de brincar com essa quase androginia”, confessa Bruno, referindo-se à prática barroca dos castrati, que “despertavam paixão tanto em homens quanto em mulheres”.

Da igreja evangélica aos palcos europeus

A trajetória de Bruno de Sá é marcada por superações. Nascido em Santo André, em família modesta, ele conta que a primeira ópera que assistiu foi aos 23 anos, no mesmo ano em que sua carreira como cantor começou. Formado em Educação Musical pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e bacharel em Canto Lírico pela Universidade de São Paulo (USP), Bruno é “produto da universidade pública”, como enfatiza com orgulho.

Curiosamente, foi no coro de uma igreja evangélica que ele encontrou acolhimento para sua voz singular. “Na minha experiência musical, foi completamente o oposto do que se imagina de igrejas evangélicas. Fui muito acolhido, virei referência, liderando o louvor”, relata.

A luta pelo termo ‘soprano’

Uma das batalhas mais significativas de sua carreira tem sido a definição de sua classificação vocal. Ele explica a diferença fundamental: “O contratenor é um

barítono ou tenor que desenvolve a voz de peito para acessar o registro agudo. Já o soprano é naturalmente alguém que não passou pela transição vocal completa ou tem predisposição genética.”

Essa distinção, que pode parecer técnica para leigos, tem implicações profundas no repertório e nas possibilidades artísticas. “Hoje em dia, eu faço questão de reforçar o termo”, afirma Bruno, que já corrigiu críticos que o cha-

**“Um homem
cantar
agudo, fazer
personagens
femininos,
vindo de
escola pública,
de família
modesta,
fazendo uma
vida na Europa,
é um ato
político”**

maram erroneamente de contratenor. “Se eu não criar minha própria marca, quem vai?”

Sucesso internacional e responsabilidade com o Brasil

A carreira internacional de Bruno de Sá deslanchou após sua mudança para a Europa, em 2018. Desde então, ele se apresentou

em casas de ópera prestigiadas como a Komische Oper Berlin, o Theater Basel e participou de festivais como o Bayreuth Baroque.

Seu contrato exclusivo com a Warner Classics resultou nos álbuns *Roma Travestita* (2022) e *Mille Affetti* (2024), que consolidaram sua reputação. O quarto álbum já está gravado e será lançado em breve. Em 2020, o jornal francês *Le Monde* referiu-se a ele como “uma nova estrela no firmamento”, pela atuação no Bayreuth Baroque Opera Festival, o tradicional festival wagneriano.

No dia 14 de julho de 2025, aos pés da Torre Eiffel, em Paris — no ano do Brasil na França —, ele foi o escolhido para se apresentar no tradicional concerto, interpretando as *Bachianas Brasileiras* nº 5, de Heitor Villa-Lobos. Para adequar a peça à grandiosidade do evento, que contou com plateia massiva e transmissão, Bruno propôs um novo arranjo orquestral integral, encomendado à arranjadora brasileira Juliana Ripke, com quem já colaborara antes.

Com apenas um dia de ensaio com a Orquestra Nacional da França, o que aumentou a tensão, Bruno temia que a “brasilidade” se perdesse na execução — preocupação que se dissipou graças às soluções musicais do maestro e à resposta da orquestra.

Curiosamente, o maior nervosismo não veio das *Bachianas*, mas dos 30 segundos em destaque de “Dulcissime”, de Carmina Burana, logo depois: um trecho curto, de câmera fechada, em que qualquer deslize seria fatal. “Deu muito certo”, lembra.

Apesar do sucesso no exterior, Bruno mantém um vínculo forte com o Brasil. “Não tenho planos de voltar pelos próximos 20 anos”, admite, mas sente a “responsabilidade de, pelo menos uma vez ao ano, fazer um concerto no Brasil para que pessoas que não têm condição de vir para a Europa



também possam escutar um concerto de altíssimo nível.”

Arte como ato político

Refletindo sobre o momento político do Brasil, Bruno não hesita em conectar arte e política. “Um homem cantar agudo, fazer personagens femininos, vindo de escola pública, de família modesta, fazendo uma vida na Europa, é um ato político. É um ato de resistência.”

Parafraseando Paulo Gustavo, explica que “assim como o riso é um ato de resistência, cantar também é” e defende a diversidade cultural. “Não sou da linha purista. Você tem que ter a opção de escolher. Sou muito contra os fechamentos das possibilidades, as caixinhas”, pondera.

O sonho pela essência da arte

Olhando para o futuro, Bruno de Sá expressa um desejo que vai além de papéis específicos ou casas de ópera famosas: “Meu sonho é um lugar onde as pessoas são selecionadas para cantar a partir da musicalidade e do poder artístico que aquele artista é ca-

paz de transmitir, não pela quantidade de seguidores ou aparência física.”

“Meu sonho é um lugar onde as pessoas são escolhidas pela musicalidade e pelo poder artístico, não pela aparência ou número de seguidores”

Ele critica a transformação do qualitativo em quantitativo na arte: “As mídias digitais transformam o que é qualitativo em quantitativo. Precisamos manter a essência no quântico, na experiência que aquilo vai me trazer.”

O momento político na região preocupa — cortes de verba em teatros europeus para compra de armas —, mas, apesar das tensões e conflitos, ele mantém uma postura de esperança e otimismo: “Quero trazer à memória aquilo que me dá esperança. Se essa esperança for pela música, pela arte, pela amizade, isso já vai ser válido.”

Na Irlanda, o sopranista brasileiro continua sua trajetória ascendente, provando que a arte pode ser tanto bela quanto transformadora — e que uma voz singular pode ecoar muito além dos palcos. O diretor executivo do festival, Loughlin Deegan, rendeu-se aos encantos de Bruno, afirmando que ele “é um superstar e nós o amamos”. Os brasileiros na Irlanda e no mundo concordam — e agradecem. ■



Irlanda escolhe a esquerda: Catherine Connolly vence com ampla frente progressista

Catherine Connolly chega à presidência com apoio inédito da esquerda irlandesa e discurso de inclusão, justiça social e neutralidade internacional

Fernanda Otero

A Irlanda viveu um momento de euforia no sábado (26/10), com a eleição de Catherine Connolly como a 10ª presidente do país, marcando uma vitória expressiva da esquerda em um cenário político historicamente dominado por partidos de centro-direita. Ela recebeu o apoio de praticamente toda a esquerda — Sinn Féin, Partido Trabalhista, Social-Democratas, Verdes e People Before Profit —, enviando uma mensagem clara ao governo de coalizão liderado por Fine Gael e Fianna Fáil.

Connolly obteve 63,4% dos votos, a maior porcentagem já registrada desde a criação do cargo, em 1938. Dos 3,6 milhões de eleitores, 45% compareceram às ur-

nas, com 13% de votos nulos (213 mil).

Foram 914.143 votos válidos, o maior número de primeiras preferências da história do país. Sua adversária, Heather Humphreys (Fine Gael), teve 29,5%, com 424 mil votos.

Deputada em seu terceiro mandato, ex-psicóloga clínica e advogada, Connolly é conhecida por suas críticas à União Europeia, à OTAN e ao que chama de “militarização europeia”. Iniciou a carreira política no Partido Trabalhista, eleita para o Conselho Municipal de Galway em 1999, e foi prefeita da cidade entre 2004 e 2005. Deixou o partido em 2006, disputou eleições como independente em 2007 e 2011, e elegeu-se deputada em 2016, tornando-se a primeira mulher vice-presidente do Parlamento entre 2020 e 2024.

Durante a campanha, destacou temas como justiça social, crise

habitacional, sustentabilidade ambiental e defesa da neutralidade irlandesa. Defensora do povo palestino, classifica Israel como “estado terrorista”. Seu discurso, iniciado em irlandês, ecoou entre jovens preocupados com conflitos globais: prometeu ser “uma presidente inclusiva para todos”.

Entenda o sistema político irlandês

A Irlanda é uma república parlamentar em que o presidente desempenha um papel majoritariamente diplomático, conforme a Constituição de 1937. O poder executivo é exercido pelo Taoiseach (primeiro-ministro) e seu gabinete. A eleição presidencial ocorre por voto direto transferível, no qual os eleitores numeram os candidatos em ordem de preferência; vence quem obtém mais de 50% + 1 dos votos válidos.

Embora o cargo tenha funções limitadas, o presidente pode referendar leis ao Supremo Tribunal para análise constitucional, representar o país no exterior e atuar como guardião da Constituição. O mandato é de sete anos, com possibilidade de reeleição.

A campanha presidencial é curta: a Constituição exige que a votação ocorra até 60 dias antes do fim do mandato vigente. O atual presidente, Michael D. Higgins, termina seu segundo mandato em 11/11, data da posse de Connolly.

Em 3 de setembro de 2025, o ministro da Habitação assinou a ordem definindo o pleito para 24 de outubro. As nomeações começaram em 5 de setembro e encerraram-se ao meio-dia de 24 de setembro, mesmo prazo para homologação das candidaturas. O registro de eleitores terminou em 7 de outubro.

Um terceiro candidato chegou a concorrer, mas desistiu após a revelação de uma dívida de €3.300 com um ex-inquilino. Seu nome, mantido na cédula, recebeu 7% dos votos. ■



O presidente Lula ao receber o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Nacional da Malásia: 'Fé na educação como instrumento de emancipação e de igualdade'

Brasil consolida agenda com o Sudeste Asiático e amplia parcerias estratégicas

Balanço da viagem à Indonésia, Malásia e à Cúpula do Leste Asiático destaca diversificação comercial, transição energética, semicondutores e defesa do multilateralismo

Redação Focus Brasil

O Brasil encerra uma maratona pelo Sudeste Asiático com saldo político e econômico que re-coloca a região no centro da estratégia externa do país. A agenda começou na Indonésia, seguiu para a Malásia e incluiu participação inédita na Cúpula da Ásia do Leste, em Kuala Lumpur.

Ao fim da viagem, o presidente classificou a missão como “mais

uma viagem exitosa”, sublinhando que a aproximação atende à ambição de diversificar parcerias, atrair investimentos e abrir mercados em economias de alto crescimento.

“Temos um potencial extraordinário em todas as áreas para crescer a relação com a Indonésia... e o primeiro-ministro Anwar Ibrahim é uma figura extraordinariamente agradável, que quer ter uma relação forte com o povo brasileiro”, afirmou.

Na Cúpula da Ásia do Leste, o Brasil defendeu o multilateralismo, a reforma da governança glo-

bal e a convergência entre agendas da ASEAN, do G20 e do BRICS. “A aproximação entre o Sudeste Asiático e o Brasil, de Leste a Oeste, é crucial para a defesa do multilateralismo”, afirmou o presidente, ao celebrar sinergias em inclusividade, sustentabilidade e transição energética. Reforçou ainda que “diversificar relações é sinônimo de autonomia” e que alinhamentos automáticos são armadilhas a evitar.

Comércio, investimentos e semicondutores

A comitiva levou mais de 100



empresários e priorizou frentes como agricultura e pecuária, ciência e tecnologia, minas e energia, semicondutores e educação. Na Malásia, foram firmados sete instrumentos de cooperação — com destaque para um acordo na indústria de semicondutores — e abertos seis novos mercados para produtos brasileiros.

“O presidente não faz negócio, ele abre portas. E a receptividade tem sido extraordinária”, disse. A meta é elevar o intercâmbio com a ASEAN a “outro patamar”, reduzindo a dependência de poucos parceiros e aproveitando cadeias produtivas complementares.

Bilaterais e mercados e transição energética

Em Jacarta, foram assinados oito acordos e realizada uma reu-

nião com mais de 100 empresários. Em Kuala Lumpur, houve encontros com o primeiro-ministro da Malásia, Anwar Ibrahim, e bilaterais com Singapura (inovação, economia verde, mineração) e Vietnã (meta de US\$ 15 bilhões até 2030 e interesse em aproximar MERCOSUL e Hanói).

Em paralelo, o presidente tratou com o mandatário dos Estados Unidos das tarifas sobre exportações brasileiras, numa conversa descrita como “franca e construtiva”.

A agenda climática permeou as tratativas, com ênfase em combustíveis sustentáveis, hidrogênio verde e governança climática. O Brasil voltou a assegurar que a COP30 será “a COP da verdade”, e anunciou iniciativas como a declaração para quadruplicar o uso

de combustíveis sustentáveis até 2035 e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre.

Reconhecimento acadêmico

A Universidade Nacional da Malásia concedeu o título de Doutor Honoris Causa ao presidente, em Filosofia e Desenvolvimento Internacional e Sul Global, homenagem vinculada à trajetória de combate à fome, inclusão social e cooperação.

Ao fazer o balanço, o chefe do Executivo resumiu o método: diplomacia econômica com presença política. “Isso não se faz por WhatsApp, não se faz por e-mail; se faz pegando na mão das pessoas, olhando nos olhos e conversando.” ■



O peronismo dança na sacada

Em artigo direto e contundente, o jornalista Paulo Pereira analisa a crise do peronismo e o avanço da extrema direita na Argentina após a vitória de Javier Milei nas legislativas de 2025

Paulo Pereira

Desde as primeiras horas do domingo eleitoral, algo parecia fora do lugar. Às 12h, os números de participação divulgados pelo DINE já acendiam o alerta: menos de 30% do eleitorado, de cerca de 36 milhões de argentinos, havia votado até o meio-dia - o que se confirmou após o fechamento das urnas.

O pleito registrou a menor

participação popular em mais de quarenta anos, 67,85%, e uma abstenção de cerca de 12 milhões de eleitores. Nas ruas, o clima era de desinteresse, cansaço e descrença. A indiferença, mais do que a convicção, anunciava o resultado que viria.

Na segunda-feira, com as manchetes estampando a vitória arrasadora de Javier Milei e o colapso eleitoral do peronismo, a dimensão da crise ficou evidente. Mas a verdade é que a crise não começou nas urnas, apenas se aprofundou nelas.

O peronismo chegou a esta eleição dividido, burocratizado e paralisado por disputas internas que corroem sua base militante e sua capacidade de diálogo com a sociedade. O resultado eleitoral, portanto, é tanto consequência quanto catalisador de um desgaste mais amplo. Um movimento que, durante décadas, foi o espelho do povo argentino, hoje parece refletir apenas o próprio labirinto.

Javier Milei, com o seu recém-criado partido La Libertad Avanza (2021), conquistou 40,68% dos votos válidos em todo o país, qua-

se nove pontos acima do peronismo, que ficou com 31,7%.

O resultado garantiu ao presidente o controle de pelo menos um terço do Congresso, e o coloca muito próximo de uma maioria legislativa com o apoio de governadores e aliados ocasionais.

A vitória fortalece o projeto político e econômico libertário, abrindo espaço para Milei aprofundar as reformas prometidas, da flexibilização trabalhista aos cortes mais profundos no Estado.

O resultado das urnas também deve facilitar o socorro financeiro internacional prometido por Donald Trump, condicionado ao desempenho eleitoral. Mas afirmar que este é o fim do peronismo seria precipitado. O movimento que moldou a política argentina ao longo de oito décadas já sobreviveu a exílios, proscricções e fragmentações.

O desafio agora é outro: confrontar suas próprias limitações e burocracias internas, reencontrar o contato com o povo e reconstruir uma agenda capaz de dialogar com as novas ansiedades da sociedade. Por enquanto, isso ainda não aconteceu.

O referendo permanente

As eleições de meio de mandato, nos últimos anos, têm sido vistas como um teste do governo, tornando-se um referendo sobre o poder de turno. Mas as eleições de meio de mandato nunca são boas para vaticinar o que pode acontecer nas presidenciais seguintes: em 2009, Cristina Fernández de Kirchner perdeu as legislativas, mas venceu as presidenciais quando concorreu à reeleição; Mauricio Macri venceu as de meio de mandato em 2017, mas perdeu a reeleição; Alberto Fernández perdeu as de meio de mandato em 2021, não concorreu à reeleição e o peronismo, com Sergio Massa como candidato,

perdeu as presidenciais seguintes.

As legislativas de 2025 dão indícios sobre a dinâmica no Congresso nos próximos dois anos e sobre a governabilidade do presidente, que, embora ainda tenha que seguir negociando com a oposição, fortaleceu sua representação em ambas as câmaras.

Mesmo em meio a uma crise social e econômica profunda, com queda do consumo, retração do emprego e uma estabilidade cambial artificialmente sustentada,

O peronismo chega às urnas dividido e distante do povo, corroído por disputas internas e pelo esgotamento de sua base

da, o chamado “voto pelo bolso” não se confirmou.

Javier Milei e sua coalizão La Libertad Avanza conquistaram 40,7% dos votos, ampliando expressivamente sua representação no Congresso: de 29 para 64 deputados e de 6 para 13 senadores. O resultado revela uma reconfiguração inédita do comportamento político argentino, em que o descontentamento econômico não se traduziu automaticamente em desgaste do governo nas urnas.

O movimento que implodiu

A derrota não veio de fora. Veio de dentro. O peronismo perdeu porque se devorou. A disputa antecipada pelo protagonismo de 2027 paralisou o movimento. As facções se enfrentaram com mais ferocidade do que enfrentaram Milei. O kirchnerismo, ressentido e desconfiado, cruzou os braços. Preferiu ver a derrota do conjunto a ver Axel Kicillof se consolidar como nova liderança.

O peronismo agora terá que resolver suas disputas internas e enfrentar seus problemas de liderança. Estas eleições, assim como as de 7 de setembro, mostraram o esgotamento do kirchnerismo, não apenas na província de Buenos Aires, mas em nível nacional.

Assim como a autoridade de Cristina Kirchner ficou enfraquecida após a vitória de Kicillof e dos prefeitos nas eleições provinciais, os candidatos e a articulação política do cristinismo na província de Buenos Aires não foram suficientemente atraentes nas eleições legislativas nacionais.

Os prefeitos tiveram um papel forte nas eleições provinciais e apoiaram Kicillof, mas não participaram da estrutura eleitoral para as nacionais e permaneceram, em grande parte, à margem.

Embora haja troca de acusações entre os seguidores de Cristina e os de Kicillof pelo desdobramento das eleições: foi uma boa decisão? foi ruim? a quem beneficiou? O resultado eleitoral volta a abrir o caminho para que Kicillof articule seu próprio espaço com os prefeitos e outros governadores, consolidando sua liderança dentro do peronismo, que continua demonstrando a necessidade de renovação.

A máquina eleitoral que tantas vezes garantiu vitórias tornou-se um amontoado de engrenagens sem direção. Na noite da derrota,



Cristina Kirchner apareceu dançando na sacada do seu apartamento, uma imagem que ficará na memória coletiva como o retrato de um movimento que celebra enquanto desaba.

O voto em lista e a burocracia sem alma

O sistema de listas fechadas, que em outros tempos assegurava unidade, revelou-se agora o espelho da decomposição. O peronismo fragmentado foi obrigado a costurar o possível, e o possível foi pouco. As candidaturas surgiram de acordos de gabinete, não da rua.

Em Buenos Aires, Itai Hagman encabeçou uma chapa sem apelo popular, incapaz de emocionar e mobilizar. No estado, Jorge Taiana, símbolo da velha guarda, representou mais o peso da tradição do que a esperança de futuro. Nenhum dos dois mobilizou a sociedade. O peronismo, que nasceu como movimento popular, hoje se parece mais com um condomínio de dirigentes. Vive do passado de glórias incapaz de apresentar um projeto de futuro que enamore o povo.

A máquina libertária e a vitória da ideologia

Enquanto isso, Milei fez o que

A máquina eleitoral que já garantiu vitórias hoje simboliza um movimento que celebra enquanto desaba

o peronismo esqueceu: política. Seu núcleo duro, comandado pela irmã e estrategista Karina Milei, montou uma estrutura nacional com disciplina de quartel. Enfrentou as pressões do PRO, ignorou as tentativas de cooptação de Mauricio Macri e impôs uma lista única, ideológica e coesa.

O resultado foi uma vitória acachapante que ninguém previu. La Libertad Avanza capitalizou a raiva, transformou a antipolítica em programa e o ressentimento em

projeto de poder.

A motosserra, antes metáfora, agora volta a rugir com mais força. Milei promete aprofundar os cortes no Estado, avançar sobre direitos trabalhistas e implementar uma reforma que ameaça reconfigurar o país.

A direita argentina já não é uma expressão conservadora tradicional, é um projeto revolucionário, no pior sentido do termo.

O epílogo de um mito

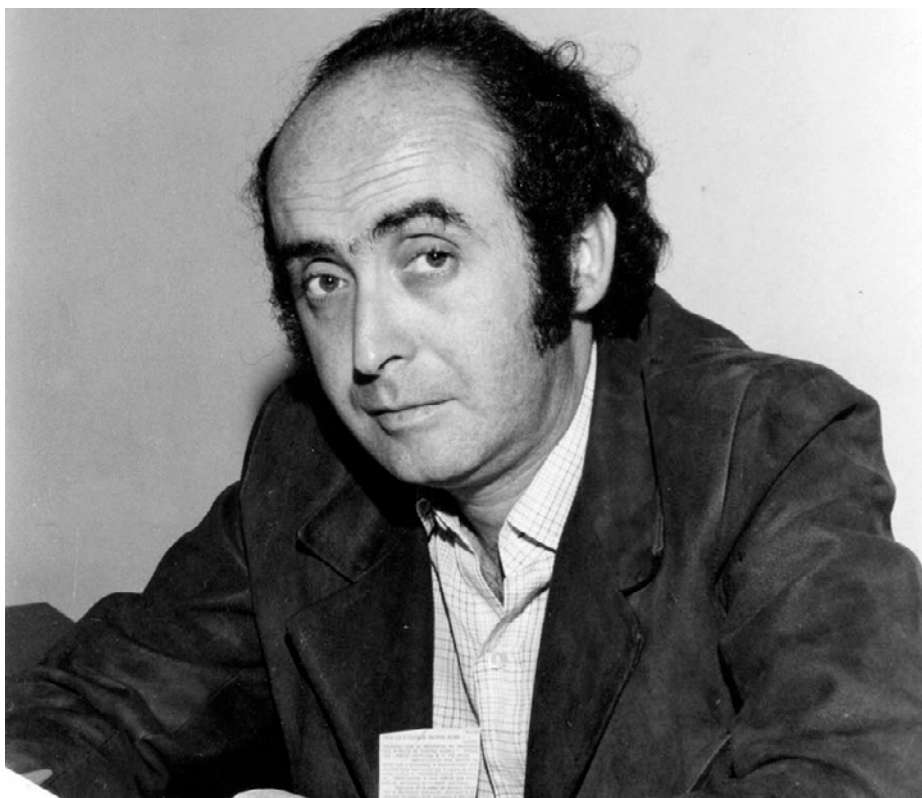
O peronismo, que durante décadas ditou o ritmo da política argentina, chega a 2025 como uma fração da potência que um dia foi. A derrota de agora não é apenas eleitoral, é simbólica e espiritual.

Quando as classes trabalhadoras votam em quem promete desmontar o Estado, quando a juventude entoava hinos libertários e as fábricas se entusiasmam com a motosserra, é porque algo se partiu no coração da Argentina.

O ciclo iniciado em 2003, que sob Néstor e Cristina Kirchner devolveu ao peronismo vitalidade e sentido histórico, parece hoje esgotado. O movimento que renasceu como projeto de inclusão e soberania se fragmentou em disputas internas, perdeu conexão com as novas sensibilidades sociais e já não oferece respostas ao mal-estar contemporâneo.

O peronismo já não é o partido do povo é o partido da nostalgia. Enquanto o movimento celebra o passado dançando em sua própria sacada, Javier Milei governa um país distinto, nascido, ironicamente, das ruínas do velho. Talvez seja tempo de o campo nacional e popular reinventar suas formas de ação e imaginação política, se quiser voltar a falar em nome do futuro. ■

Paulo Pereira é jornalista brasileiro, graduado pela PUC-Campinas e mestre em Cinema pela Fundación Universidad del Cine de Buenos Aires



25/10/1975

Vladimir Herzog é assassinado no doi-codi

O jornalista Vladimir Herzog é torturado e morto nas dependências do DOI-Codi. Ele havia sido convocado na véspera a prestar depoimento, em mais uma etapa da ofensiva da repressão contra o PCB desencadeada em janeiro de 1974.

Herzog era diretor de jornalismo da TV Cultura, vinculada ao governo do Estado de São Paulo. Sua ida à polícia naquele dia era do conhecimento da família e de outros diretores da emissora. Sua estada no DOI-Codi foi testemunhada pelos também jornalistas George Duque Estrada, Rodolfo Konder e Paulo Markun. Eles estavam presos e ouviram os interrogadores de Herzog pedirem a máquina de choques. O jornalista chegara ao departamento na manhã daquele sábado e no começo

da tarde já estava morto.

Os militares não tinham como esconder a morte e criaram a versão de suicídio por enforcamento. Herzog teria usado o cinto de pano do macacão de preso, segundo a polícia. Uma fotografia grotesca foi distribuída à imprensa. Mostrava o corpo do jornalista, de joelhos dobrados, com a cabeça pendida para a direita e o pescoço atado por uma tira de pano à grade da cela. A distância do chão até a grade era de 1,63m. O macacão dos presos não tinha cinto. Era uma cena claramente montada. A farsa do suicídio foi oficializada em autópsia do legista Harry Shibata. Somente em 2003, a viúva Clarice Herzog receberia o atestado com as causas reais da morte: “lesões e maus tratos sofridos durante interrogatório em

dependência do 2º Exército”.

A morte do jornalista e a versão do suicídio provocaram uma onda de indignação sem precedentes. O assassinato coincidia com uma greve estudantil, também de proporções inéditas, na Universidade de São Paulo (USP), na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em assembleia, o Sindicato dos Jornalistas convocou um ato religioso em memória de Herzog.

A cerimônia foi realizada em 31 de outubro na Catedral da Sé, com a presença dos cardeais Paulo Evaristo Arns e Helder Câmara, do rabino Henry Sobel e do reverendo James Wright, entre outros celebrantes. O ato atraiu cerca de 8 mil pessoas dentro da catedral e nas imediações. O secretário de Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, bloqueou ruas de acesso e montou um grande cerco em torno da praça da Sé, com cavaleiros e cães policiais, para evitar que estudantes e jornalistas saíssem em passeata. Apesar da repressão, a celebração transformou-se na primeira grande manifestação pública contra a ditadura desde 1968.

O assassinato do jornalista elevou também a tensão dentro do governo. O general presidente Geisel teria entendido o episódio como uma provocação da chamada “linha dura” contra o projeto de “distensão”. O comandante do 2º Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, era aliado do ministro do Exército, general Sylvio Frota, candidato à sucessão de Geisel. Mas ainda haveria de morrer mais um preso no DOI-Codi, em janeiro do ano seguinte, para forçar uma reação do general presidente contra os “duros” do aparelho de repressão.



27/10/2002

O primeiro trabalhador chega à Presidência

Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições presidenciais e se tornou o primeiro trabalhador a chegar à Presidência da República. Sua vitória resultou do amadurecimento do eleitorado brasileiro — que, desde as eleições municipais de 2002, demonstrava o desejo de mudança política — e da complexa conjuntura que antecedeu o pleito.

A insatisfação com o governo de Fernando Henrique Cardoso era grande. Sua popularidade havia caído fortemente após a reeleição, com a desvalorização do real nos primeiros dias do segundo mandato, em 1999, e despençou de vez com a crise do apagão elétrico, em 2001. A economia

brasileira também enfrentava um cenário de vulnerabilidade: a inflação voltava a subir, o desemprego era alto e o crescimento econômico, baixo.

No dia da eleição em segundo turno — que coincidiu com o seu aniversário —, Lula conquistou 52,7 milhões de votos, ou 61,27% dos votos válidos, contra 33,3 milhões, ou 38,72%, dados a José Serra (PSDB). Foi a maior votação já obtida por um candidato desde a redemocratização — uma conquista histórica que transformou a fisionomia social do Brasil.

O PSDB havia lançado Serra, ex-ministro do Planejamento e da Saúde, com apoio do PMDB. A oposição contou com Lula (PT),

Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB). O PFL lançou a candidatura da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que chegou a liderar as pesquisas, mas precisou desistir após o chamado caso Lunus — nome da empresa da qual era sócia e que foi acusada de envolvimento em um esquema de desvio de recursos públicos federais.

Lula decidiu ampliar o leque de alianças eleitorais do PT e escolheu um vice com trânsito no empresariado. O escolhido foi o empresário José Alencar, com quem acabaria construindo uma sólida parceria política. Alencar deixou o PMDB e se filiou ao pequeno Partido Liberal (PL), que se coligou ao PT juntamente com o PCdoB e o PMN.

A campanha petista foi estruturada de forma profissional, reunindo técnicos e especialistas de dentro e de fora do partido. José Dirceu assumiu a coordenação da campanha e Antônio Palocci, a coordenação do programa de governo. O publicitário Duda Mendonça foi contratado para coordenar os programas de rádio e televisão.

Desde o início, Lula encarnou o sentimento de que o Brasil precisava romper com a estagnação econômica, a desigualdade e a exclusão social. Seus comícios atraíam multidões, e sua candidatura recebeu o apoio de lideranças populares, empresariais, sindicais, de artistas, intelectuais e religiosos de diferentes correntes. Lula defendia a retomada do crescimento e políticas audaciosas de combate ao desemprego, à exclusão e à desigualdade. Manteve-se na liderança das pesquisas, com cerca de 38% das intenções de voto, enquanto outros candidatos se revezavam no segundo lugar, com médias inferiores a 20%.

Diante do agravamento da crise econômica — que o governo e o mercado atribuíam ao chamado

“risco Lula” —, em junho o candidato lançou a Carta ao Povo Brasileiro, documento histórico no qual prometeu honrar contratos e compromissos assumidos pelo país, mantendo os fundamentos básicos da economia, como câmbio livre, controle da inflação e superávit primário. Ao mesmo tempo, reafirmou seus compromissos sociais:

“Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.”

A carta contestava a ideia de que a instabilidade vinha de sua candidatura:

“Trata-se de uma crise de con-

fiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. [...] Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições. Nasceram, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil.”

Ainda em junho, o presidente Fernando Henrique firmou o terceiro acordo de seu governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), recebendo um aporte de US\$ 10 bilhões. Os candidatos à Presidência foram chamados a endossar a decisão.

No primeiro turno, em 6 de outubro, Lula recebeu 46,44% dos votos e José Serra, 23,1%. No

segundo turno, enfrentou a “campanha do medo” promovida pelo PSDB. A atriz Regina Duarte apareceu no horário eleitoral dizendo ter medo do que aconteceria se Lula vencesse. Os candidatos Ciro Gomes e Garotinho declararam apoio a Lula, e as adesões de figuras expressivas de todos os segmentos sociais cresceram.

Na festa da vitória, na avenida Paulista, em São Paulo, Lula disse à multidão uma frase que se tornou célebre:

“A esperança venceu o medo.”

O país inteiro comemorou a chegada do primeiro trabalhador à Presidência da República. No dia seguinte, Lula anunciou a primeira política pública de seu governo: o Fome Zero, embrião dos programas de transferência de renda que mais tarde se unificariam no Bolsa Família.

30/10/2009

Ex-devedor, Brasil vira credor do FMI

Pela primeira vez na história, o Brasil empresta dinheiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI): US\$10 bilhões para ajudar países emergentes em meio à crise econômica mundial. A medida representa uma guinada na relação do país com o FMI.

Durante décadas, o Brasil recorreu à ajuda financeira do fundo para equilibrar suas contas, submetendo-se às exigências de cortes nos investimentos e de ajuste fiscal impostas aos países devedores.

O empréstimo ao FMI foi concedido quatro anos após o Brasil saldar sua dívida com a instituição, em 2005. Durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, o

país recebeu três desembolsos do fundo, totalizando US\$67 bilhões.

O empréstimo de US\$10 bilhões do Brasil ao FMI era parte de uma ação articulada pelo Bric — bloco formado por Brasil, Rússia, Índia e China —, cujos integrantes fizeram aportes específicos para ajudar os países emergentes a atenuar os impactos da crise internacional.

A mudança de paradigma na relação com o FMI se tornou possível graças ao cenário de crescimento contínuo da economia brasileira, com fluxo positivo de capital e aumento vigoroso de suas reservas internacionais, que eram de US\$37,65 bilhões em 2002 e chegariam a US\$288,57 bilhões em 2010.

Em 2012, o Brasil voltaria a emprestar US\$10 bilhões ao FMI, desta vez para socorrer países da Zona do Euro. Esta política visava fortalecer a posição do Brasil e aumentar a pressão para que os países emergentes ampliassem sua cota de representação e tivessem mais influência nas decisões do órgão.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

📷 @fpabramo

✉ @fpabramo

📺 Fundação Perseu Abramo

☎ (11) 5571-2609

🌐 fpabramo.org.br

🌐 teoriaedebate.org.br

🌐 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
NÚCLEO DE POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA CULTURAL



Centro de
Documentação e
Memória Política
Serviço Brasileiro
de Memória